

CANDIDATOS E PROGRAMAS

Josaphat Marinho

Os resultados das últimas pesquisas eleitorais requerem interpretação política. Con quanto justamente inquietantes para muitos, não devem ser considerados definitivos, ou inalteráveis. Refletem uma tendência, originária de fatores diferentes, uns constantes, outros circunstanciais. Sem dúvida, os números refletem erros ou inconveniências recentes, que atingiram a imagem do presidente da República e geraram repulsa da opinião popular. Como já assinalamos noutro momento, o homem comum pode até usar linguagem imoderada, porém não estima que assim o façam os governantes e políticos. Julga-os prisioneiros do estilo educado. Mas, se o pecado da palavra imprópria é suscetível de esquecimento, não se apagam os efeitos dos atos que ferem direitos do indivíduo e da coletividade.

E, em verdade, na conjuntura atual, os índices contrários ao presidente resultam de várias causas. Emendas constitucionais e leis prejudiciais a direitos. Vai por quase quatro anos que os servidores civis não recebem melhoria salarial. Se a orientação do governo contele a inflação, a política econômica é de es-

tagnação, e não de desenvolvimento. Daí falências, concordatas, inadimplência vultosa. Cresce o desemprego: em São Paulo sobe a 1,6 milhão a quantidade dos sem-trabalho. E a seca amplia, no Nordeste, a legião dos desempregados. O povo é naturalmente despertado para a defesa de seus interesses. Quando o estômago dói, a consciência mais se insurge contra a injustiça.

Precisamente por isso tudo, a consciência coletiva, neste momento, quer diretrizes e programas objetivos. Não se trata das velhas "plataformas", recheadas de palavras e sem soluções precisas. Não basta o número ou a força das legendas. Fernando Collor ganhou sem elas. Reclamam-se soluções ordenadas para problemas tratados segundo prioridades racionais. As necessidades gerais é que devem hierarquizar as decisões, e não o arbítrio dos dirigentes. Relevante, ainda, é saber dar primazia às medidas de emergência, sem desprezar os planos básicos, que representam suporte permanente da administração.

Advertido de todos esses riscos, o candidato Ciro Gomes, em longa entrevista (JB, 22.5.98), deu passo inteligente na forma com que um postu-

lante da Presidência da República deve dirigir-se à nação. Não reproduziu deslizes anteriores, nem ofendeu seus competidores. Se não apresentou um programa, enunciou como as questões nacionais serão tratadas, sem enganar o povo, nem investir-se da condição de "messias". Resta que à base dessa atitude desdobre seu plano de ação. De igual modo deve fazê-lo Luiz Inácio da Silva. Se já elaborou os lineamentos fundamentais da aliança que o sustenta, conforme anunciado, cabe-lhe agora ordenar o programa de trabalho. Diversa não é a posição do candidato Fernando Henrique Cardoso. Acusando as esquerdas de não terem projeto, cumpre-lhe exhibir o seu. Não há de ser o atual, que não o está amparando nas pesquisas. Demais, se ele mesmo já oferece restrições à globalização, para ajustar o processo às peculiaridades do país, há que rever o que executa com equívocos.

De qualquer sorte, a opinião geral aguarda atitude de convencimento dos candidatos. Pede estilo firme e educado, e não desabrido. Espera a análise clara das questões, com indicação de soluções realizáveis. Promessas fáceis já não enganam. A dissimulação é inconciliável com a

conquista da opinião esclarecida. Quem assegurar a transposição das águas do São Francisco há de apontar os estudos feitos, os recursos existentes ou previsíveis e o prazo para execução do projeto. A década da educação, a que se refere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, precisa ser caracterizada por medidas concretas, e não diluir-se num plano genérico, sem tempo certo para sua adoção. Se pleiteada e admissível a permanência da CPMF, impõe-se estipulação explícita de que o produto de sua arrecadação será destinado, exclusivamente, aos serviços da saúde. O prosseguimento da reforma agrária há de ser garantido de modo que supere os atos de invasão de propriedades. A dívida externa e a interna reclamam uma explicação acessível ao povo, que sofre as consequências de ambas. O salário dos trabalhadores e dos servidores públicos requer amparo legal justo. Enfim: quanto aos problemas essenciais do país, os programas e as palavras dos candidatos devem ter a limpidez de águas claras. Para que despertem confiança.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia